

# Estabilidade: acordo está próximo

BRASÍLIA — O acordo para a votação da estabilidade no emprego está próximo de ser fechado entre o Centrão e a liderança do PMDB e terá por base a fixação do princípio da indenização progressiva. Está convicção foi manifestada ontem pelos dois líderes do Centrão envolvidos nos entendimentos sobre a matéria, os Deputados Afif Domingos (PL-SP) e José Geraldo (PMDB-MG). O acordo, entretanto, só será anunciado às vésperas da votação, para evitar retrocessos na negociação.

O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, recebeu na manhã de ontem em seu gabinete o Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o **Joaquinzão**; o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, José Calixto Ramos; o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros; e do Sindicato dos Eletricistas, Antônio Rogério Magri. E convidou para o encontro os líderes do Centrão e do PMDB, além do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Senador Albano Franco (PMDB-SE), e o Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). A esquerda não foi convidada.

A saída do encontro, tanto o Líder Mário Covas quanto o Presidente da CGT, **Joaquinzão**, informaram que a proposta colocada na mesa de negociações que estava obtendo maior apoio era a que consta do primeiro

Substitutivo de Cabral, que remete a questão para a legislação ordinária. Mas em conversas com os sindicalistas Magri e Medeiros ficou evidenciado que o acordo terminará por fixar-se na proposta do Centrão, de indenização compensatória.

Enquanto o grupo se reunia com Ulysses, os partidos de esquerda discutiam o assunto na Biblioteca da Câmara dos Deputados optando por fechar questão em torno das propostas apresentadas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) — que defende a manutenção do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. Esta proposta garante o emprego, contra a demissão imotivada, assim entendida a que não se fundamentar em contrato a termo, falta grave e justa causa baseada em fato econômico intransponível, tecnológico ou infortúnio na empresa.

O Relator Bernardo Cabral concordou que a única possibilidade de acordo nesta matéria passa pela indenização progressiva. Segundo ele, esta fórmula, além de ter o apoio de importantes segmentos trabalhistas é a preferida da classe empresarial. Mas acha difícil conseguir a adesão da CGT para a tese. E fez um apelo na direção do acordo, preocupado com a possibilidade de que um impasse nesta votação leve a Constituinte a produzir o primeiro "buraco negro" no texto, o que ocorrerá se nenhum dos grupos conseguir os 280 votos para garantir a aprovação de suas propostas.

## Medeiros acha que partidos atrasam negociação *Sem volta*

BRASÍLIA — As negociações sobre a estabilidade no emprego não evoluíram mais porque "alguns partidos querem faturar nas costas dos outros", segundo afirmou ontem o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, depois de uma reunião com representantes de todos os grupos da Constituinte.

— Se sentarem numa mesa o Centrão e o Movimento de Unidade Progressista (MUP), não haverá acordo, porque vai virar uma briga partidária. A nossa tática agora será conversar individualmente com os grupos — disse Medeiros.

Mas os próprios sindicalistas não demonstraram unidade ontem, quando representantes de sindicatos de todo o País discutiram estabilidade e outros temas ligados aos trabalhadores, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). O Presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o **Joaquinzão**, deixou a reunião mais cedo, afirmando que Medeiros e o Presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Rogério Magri, foram ludibriados pelo Centrão ao aceitarem a substituição do princípio da estabilidade pela indenização.

As palavras de **Joaquinzão** não perturbaram Medeiros. Ele garantiu que não se sente constrangido pelo fato de a sua posição ser parecida com a dos empresários:

— Se eles aceitarem a minha pro-



Telefoto de Gilberto Alves

Convocados por Ulysses, políticos e sindicalistas discutem a estabilidade

posta fico feliz, porque é a melhor. Estou a vontade, porque fui o primeiro sindicalista a dizer que o texto da Sistematização era uma porcária. Hoje, até o Bernardo Cabral concorda com isso. É muito fácil rotular as pessoas, mas o que querem é faturar em cima dos trabalhadores.

A proposta do Líder do PMDB, Senador Mário Covas, que fixa o princípio da estabilidade na Constituição mas deixa sua regulamentação para a legislação ordinária, é considerada a pior alternativa por Medeiros.

— Acontece que a lei ordinária está desmoralizada. Veja que a Constituição de 1946 previu o direito de greve, mas a ser regulamentado em

lei ordinária. Ficamos 20 anos sem lei. Quando saiu, foi para nos "ferir", porque proibiram a greve — disse.

Já o Presidente da CGT não tem esperanças de um entendimento com o Centrão. **Joaquinzão** considera que o grupo quer apenas complicar as coisas, tentando confundir estabilidade com indenização.

— Eles não querem estabilidade, querem indenização. O que nós queremos institucionalizar é a estabilidade. Podemos até aceitar a regulamentação pela lei ordinária, porque poderemos mudar a correlação de forças no Congresso mais tarde. Mas o princípio da estabilidade precisa constar da Constituição — afirmou.